

RELATOS SOBRE O CURSO O GOLPE DE 2016 E O FUTURO DA DEMOCRACIA NO BRASIL

JOÃO MORAIS DE SOUSA⁵⁵

CIDOVAL MORAIS DE SOUSA⁵⁶

RESUMO

O texto aborda dois breves relatos sobre os cursos intitulados: O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil, oferecidos pela UFRPE e a UEPB, construídos no contexto de um quadro de rupturas democráticas e incertezas políticas, jurídicas, econômicas e sociais que o país atravessa.

Palavras-chave: golpe de 2016, democracia, relatos.

EXPERIENCES FROM THE COURSE THE 2016'S COUP AND THE FUTURE OF DEMOCRACY IN BRAZIL

ABSTRACT

This text approaches two experiences from the course called: The 2016's coup and the future of democracy in Brazil, offered by UFRPE and UEPB, builded in a context of democratic break and political, juridical, economic and social incertitudes which the country is going through.

Keywords: 2016's coup in Brazil; Democracy; Experiences.

Introdução

O propósito dos breves relatos que aqui apresentamos é o de provocar estudos e reflexões sobre um momento singular da história das universidades públicas brasileiras, pós redemocratização. O impeachment da presidente Dilma Russel em 2016 provocou um raro consenso nas Ciências Sociais: a presidenta tinha sido vítima de um golpe parlamentar, articulado e conduzido pela grande mídia, poder judiciário, oligarquias agrárias, fundamentalistas religiosos e, sobretudo, com amplo apoio do capital internacional interessado em nossas riquezas e patrimônios públicos como a Petrobras. Apesar do discurso de que tudo ocorrera com amparo constitucional, e, portanto, dentro da lei, o fato é que se consensuou é que o impeachment não poderia ser chamado de outra coisa,

55. Doutor em Sociologia pela UFPE e professor Associado da UFRPE, lotado no Departamento de Ciências Sociais.

56. Doutor em Geociências pela Universidade Estadual de Campinas e professor efetivo da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), vinculado ao Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional.

senão de golpe.

Nesse contexto, merece destaque o protagonismo do professor e pesquisador Luis Felipe Miguel e sua equipe na UNB na proposição de uma disciplina/curso para compreender o golpe de 2016, cujo título chamou atenção pela clareza: O golpe de 2016 e o futuro da Democracia no Brasil. A proposta foi estruturada em três grandes eixos: (1) entender os elementos de fragilidade do sistema político brasileiro que permitiram a ruptura democrática de maio e agosto de 2016, com a deposição da presidente Dilma Rousseff; (2) analisar o governo presidido por Michel Temer e investigar o que sua agenda de retrocesso nos direitos e restrição às liberdades diz sobre a relação entre as desigualdades sociais e o sistema político no Brasil; (3) perscrutar os desdobramentos da crise em curso e as possibilidades de reforço da resistência popular e de restabelecimento do Estado de direito e da democracia política no Brasil.

O que parecia um tranquilo tópico especial, com carga horária definida, ementa e bibliografia nos formatos tradicionais das grades curriculares de diferentes cursos (no caso do de Ciência Política), acabou se tornando alvo de perseguições, ameaças e, sobretudo, ataques à liberdade de cátedra e à autonomia da instituição. Os ataques partiram, inicialmente, do MEC, que tentou impedir a realização do curso alegando seu caráter ideológico e anti-científico. A atitude do MEC, reverberada e apoiada pela grande mídia, provocou uma rede de solidariedade e uma cadeia de reações por parte dos pesquisadores, sobretudo das ciências humanas e sociais. Em pouco tempo, o curso, com o mesmo formato e conteúdo, passou a ser ofertado em diferentes instituições públicas de todas as regiões do país.

Os ataques se intensificaram. Todas as instituições em que o curso foi oferecido, seja no formato de componente da grade optativa (para a graduação e pós-graduação) ou como curso de extensão, sem exceção, foram vítimas de abusos de poder e manifestações autoritárias da Polícia Federal, setores do Ministério Público e da Justiça Federal e até o Tribunal de Contas da União chegou a ser acionado contra as universidades. As redes sociais também foram usadas para massacrar professores e instituições. Entretanto, o resultado, não foi a retração da oferta, nem a inibição do que já estava em andamento. Ao contrário. Entre maio e dezembro de 2018 mais de 50 cursos aconteceram pelo Brasil, cada um deles com adesões massivas e muita participação ao longo das aulas. Os dois breves relatos a seguir dão pistas importantes de uma experiência que precisa, de um lado, ser estudada, aperfeiçoada e mantida; e, de outro, incluir novos temas que joguem luzes para a compreensão e transformação do presente.

2. O caso da UFRPE

O curso O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil, ofertado na Universidade Federal Rural de Pernambuco, foi construído no contexto de um quadro de rupturas democráticas e incertezas políticas, jurídicas, econômicas e sociais que o país atravessava. Nasceu da necessidade e do posicionamento político e acadêmico de um grupo de professores da UFRPE em aprofundar a discussão sobre essa crise. Seguiu os moldes do curso oferecido na Universidade de Brasília e atendeu ao chamamento da comunidade acadêmica (alunos, técnicos e professores), do entorno, dos movimentos sociais, de ONGs e interessados em discutir o golpe. Assim, visou analisar e passar a limpo o contexto dos novos velhos donos do poder; lawfare e fake news; pós-convicções em detrimento de provas; emergência de uma direita fascista, racista, preconceituosa, misógina e disseminadora de ódio; ataques às instituições, aos direitos e à Constituição; aprofundamento das desigualdades e desarticulação dos movimentos sociais. Estas foram as principais razões para o desenvolvimento do curso.

O curso foi desenvolvido em encontros semanais, em forma de seminários, palestras, mesas redondas e rodas de diálogos. O público foi composto por discentes, professores, técnicos, convidados dos movimentos sociais e representantes de ONGs e Organizações Sindicais. Teve uma carga horária de 60 horas e as aulas foram realizadas no período de maio a agosto de 2018, às quintas-feiras das 14 às 18 horas, na sede da ADUFERPE, e alcançou 525 pessoas.

A realização do curso possibilitou despertar nos participantes uma visão crítica mostrando que o golpe solapou as estruturas do Estado Constitucional de Direito no Brasil. Comprometeu princípios democráticos essenciais como as liberdades, os direitos humanos e o respeito às diferenças. Interrompeu a implantação de uma política econômica voltada à inclusão e à justiça social e o empoderamento da nação ao nível internacional.

No sentido formativo, o curso permitiu efetivamente trazer elementos que possibilitassem a reflexão sobre as estratégias e estruturas do golpe de 2016. No campo político tornou pública a posição de um grupo de professores da UFRPE sobre o golpe de 2016 e ofereceu apoio ao Professor Luiz Felipe Miguel da UNB, expressando repúdio contundente ao ataque do governo à autonomia universitária. O curso permitiu, ainda, que se compreendesse as características do sistema político brasileiro responsáveis pela a ruptura democrática de 2016. Também foi feita a análise do governo de Michel Temer, identificando os impactos nas restrições aos direitos e às liberdades no que tange a relação entre as desigualdades sociais e o sistema político no Brasil. Discorreu, também, sobre os desdobramentos da crise e as possibilidades de resistência popular para o restabelecimento

do Estado de direito e da democracia no Brasil.

Por fim, o curso evidenciou que esse processo de ruptura democrática recrudescer uma pauta moralista e conservadora em torno das questões envolvendo misoginia, machismo, homofobia, gênero, religião e o crescimento do movimento “escola sem partido”, e as possíveis repercussões para docência e para o futuro da educação pública brasileira.

Os temas abordados no curso foram: 1) teoria geral do golpe: estado de exceção e estado constitucional de direito; 2) geopolítica do petróleo: sua interferência no golpe de 2016 e além; 3) as reformas neoliberais: a agenda de retrocesso do golpe; 4) conjuntura política e econômica no contexto dos golpes de 1964 e 2016; 5) o golpe de 2016 e a destruição dos direitos o ataque à CLT; 6) Políticas públicas e desenvolvimento rural no pós-golpe de 2016; 7) o golpe de 2016: direitos humanos em tempos de incerteza; 8) direitos humanos, políticas públicas e educação no pós-golpe; 9) Misoginia, machismo, homofobia, gênero e poder pós-golpe; 10) racismo, desigualdades raciais e o golpe de 2016; 11) o impacto do golpe de 2016 na educação: o desmonte do ensino médio, do Fórum Nacional de Educação e das políticas públicas para valorização dos profissionais do magistério; 12) o crescimento do movimento escola sem partido no pós-golpe; 13) o papel das mídias na construção do golpe de 2016 e a resistência das mídias alternativas; 14) o futuro da democracia no Brasil: em busca de utopias possíveis. 15) o golpe de 2016 e a resistência dos movimentos sociais; 16) a destruição da soberania nacional, o judiciário e o golpe de 2016.

No sentido de compreender a relação entre a fragilidade do sistema político brasileiro e os elementos que caracterizam um golpe de Estado, o curso adotou, entre outras, a perspectiva de Bianchi (2016) e a abordagem de Melo (2016), em o Regime político e classes sociais no Brasil do pós-guerra. Considerando a perspectiva histórica, foi discutido, inicialmente, o período que compreendeu o golpe de 1945 à nova República. E para aprofundar essa abordagem, o trabalho organizado por Silva, Calli e Da Silva (2014) Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014), ajudaram nessa compreensão ao apontar os elementos que influenciaram as últimas rupturas democráticas no Brasil.

Para a reflexão sobre as estratégias e estruturas do golpe de 2016, o trabalho de Toledo (2004) foi uma referência, no sentido de evidenciar que o golpe desmonta todas as perspectivas de reformas e de construção da democracia. E um exemplo desse contexto foi o que ocorreu no governo de João Goulart. Considerando o que representou o golpe de 1964, a ditadura militar e o golpe de 2016, trabalhos como o de Reis, Ridenti e Mota (2004), Vitullo (2001) e Limongi e Figueiredo (1998), também ajudam nesta elucidação. Os

últimos autores aprofundam a discussão sobre os marcos constitucionais do nosso sistema político na Nova República.

Uma das concepções da democracia trabalhada no curso foi a de Rancière (2014), em seu trabalho *Da democracia vitoriosa à democracia criminoso*. Também a questão da desdemocratização foi debatida no que tange sua relação com o capitalismo. O trabalho de Claus Offe (1984) *‘Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas’*, foi outra obra estudada para aprofundar este entendimento. No entanto, um dos trabalhos mais elucidativo desta temática (democracia), e que teve uma importância significativa para o curso, foi o de Luis Felipe Miguel (2014), intitulado *‘Democracia e representação: territórios em disputa’*.

Na relação com o contexto global de crise, a temática democracia foi trabalhada nos termos de Streeck (2012) e Ballestrin (2017), com os seus respectivos trabalhos *‘As crises do capitalismo democrático’* e *‘Rumo à teoria pós-democrática’*.

Sobre o novo sindicalismo, o surgimento do PT e o lulismo ou pacto lulista, o curso adotou perspectivas como as dos autores Sader (1998), Singer (2012), Valente (2017) e Medeiros (2017). Este último organizou o trabalho, intitulado *‘Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo’*. Quanto ao governo Dilma, uma orientação foi a perspectiva adotada por Singer (2016) em *A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista’*.

O curso abordou, ainda o que significou as *‘jornadas de junho 2013’* e seus impactos para as eleições de 2014 e à destituição de Dilma. Nesse sentido, o curso seguiu abordagens como as de Ruy Braga (2016), Marcos Nobre (2013) Fábio Wanderley Reis (2017). Esta última referência está publicada no livro, organizado por Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli intitulado: *‘Encruzilhadas da democracia’* - muito importante para a fundamentação deste curso.

No que tange a perspectiva do poder judiciário no golpe, o curso adotou abordagens como a desenvolvida por Marcelo Semer (2016) no seu trabalho: *‘Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do Judiciário’*.

Quanto a análise do governo presidido por Michel Temer e o que sua agenda de retrocesso nos direitos e restrição às liberdades diz sobre a relação entre as desigualdades sociais e o sistema político no Brasil, inicialmente o curso caracterizou o governo Temer como um governo ilegítimo. Depois, apontou sua agenda de retrocesso (retirada de direitos, redução do Estado, desnacionalização e ataque às liberdades e à democracia). Nessas abordagens foram trabalhadas perspectivas de autores como: Sakamoto (2016), Carvalho (2016), Escobar (2016) e Gomes (2017).

Na compreensão sobre o papel das mídias na construção do Golpe de 2016 e a resistência das mídias alternativas, o curso deu atenção à abordagem de Prudêncio (2014), presente em seu estudo *Micromobilizações*, alinhamento de quadros e comunicação política e também à abordagem do trabalho de Moretzsohn (2016), *A mídia e o golpe: uma profecia autocumprida*.

No que diz respeito a resistência popular e o restabelecimento do Estado de direito e da democracia, o curso adotou, entre outras abordagens, a perspectiva de Guimarães (2018). O curso percorreu sobre o surgimento de uma direita radical e a ascensão do parafascismo, trabalhando concepção como a de Solano Gallego (2017). Seguindo esta mesma abordagem, crítica-reflexiva, foi trabalhado no curso o tema do crescimento do Movimento Escola Sem Partido no pós-golpe. Ainda, com as temáticas envolvendo misoginia, machismo, homofobia, gênero e poder, também no pós-golpe. Bem como a temática do desmonte do Ensino Médio, do Fórum Nacional de Educação e das Políticas públicas para valorização dos profissionais do magistério. O curso ainda abordou o tema dos desdobramentos sobre ‘o futuro da democracia no Brasil: em busca de utopias possíveis’.

Em todas as atividades desenvolvidas no curso foram eleitos métodos abertos, envolventes e apropriados de construção do saber, mediante a perspectiva dialógica, procurando sempre despertar junto aos participantes o desejo pelo aprendizado, sobretudo, através de leituras, vídeos, debates, seminários, rodas de diálogos e palestras - de forma prazerosa, dinâmica e contextualizada.

Compreendemos que iniciativas como esta do curso, favorecem aos participantes uma formação acadêmica que se orienta pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Afinal o curso articulou esse tripé (ensino, pesquisa e extensão), nas diferentes temáticas desenvolvidas: democracia, direitos humanos, mídia, racismo, reformas neoliberais, políticas públicas, educação e movimentos sociais, no sentido de um aprendizado mais humano, contextualizado, integrado as várias áreas do saber e comprometido com a mudança social.

3. O caso da UEPB

A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) foi uma das cinco primeiras universidades públicas brasileiras a aderir à rede de solidariedade que se construiu em torno do projeto da UNB, já relatado, brevemente, na introdução. A UEPB tem 52 anos de história. Criada, em abril de 1966, como Universidade Regional do Nordeste (URNE), foi estadualizada em 1987 (Lei 4.997/1987), tornando-se, a partir daí, pública e gratuita. Em 1996, obteve credenciamento do Ministério da Educação (MEC) e, em 2005, conquistou autonomia

financeira. Administra, hoje, um orçamento de pouco mais de R\$ 300 milhões, repassado pelo Governo do Estado em formato de duodécimo. Conta, atualmente, 564 professores doutores e 271 mestres no quadro permanente, além de 638 técnicos administrativos. Mantém uma estrutura operacional com 8 campi, distribuídos nas principais mesorregiões do Estado da Paraíba: Mata Atlântica (1), Agreste (2), Borborema (1), Cariri (1), Curimataú (1) e Sertão (2). Encontram-se em funcionamento 52 cursos de graduação presencial, 5 de educação a distância (EaD), 4 cursos técnicos, 24 cursos de especialização e 21 programas de pós-graduação *stricto sensu* (5 deles com mestrado e doutorado). Tem 20.797 alunos matriculados, sendo 17.889 em cursos de graduação, 1.400 na pós-graduação, 1.096 em EAD e 395 nas duas escolas técnicas mantidas pela instituição.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2004-2020 reafirma a missão de produzir, socializar e aplicar o conhecimento, formando profissionais qualificados, críticos e socialmente comprometidos, nos diversos campos do saber, por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão inovadora, de modo a contribuir para o desenvolvimento educacional, econômico e sociocultural do País e, particularmente, do Estado da Paraíba. Fundamenta-se num conjunto de princípios e interações dialógicas que norteiam e orientam a instituição, num processo dinâmico de aprendizado, participação, discussão e reflexão contínuos. Tanto a missão quanto os princípios deram suporte institucional para a construção, interna, de condições objetivas à realização do curso sobre o golpe de 2016 e o futuro da democracia brasileira. Como a universidade é multicampi, três grupos, em campus diferentes (Campina Grande, Guarabira e Patos) se articularam para a oferta, no mesmo formato (extensão), com pequenas adequações de conteúdos e referências, incluindo, por exemplo, a questão regional. Os objetivos se mantiveram conforme a proposta do professor Luis Felipe Miguel, da UNB.

A distribuição geográfica dos campi permitiu atingir público de, pelo menos, quatro regiões do estado: Borborema, Agreste, Cariri e Sertão. Em relação ao perfil geral dos cursos cinco características se destacaram: (1) no conteúdo, a inclusão de uma leitura crítica da política regional e local e a participação desta no golpe; (2) no formato, oferta como curso de extensão (com carga que variou entre 45 e 60 horas); (3) na gestão, uma coordenação em cada campus; (4) todos contaram com forte apoio institucional (liberação de auditórios, transporte para a condução de professores visitantes, suporte técnico e secretaria); e (5) todos foram ministrados com a participação solidária de vários professores (houve revezamento entre os três campi) e a colaboração de colegas de outras instituições da região e até de outros estados e países (via Skype, por exemplo). Outra característica comum foi o volume de inscrições: todos tiveram mais de 100 inscrições. Não houve seleção prévia. A inclusão de todos os inscritos exigiu adequação no planejamento

inicial e a substituição das salas de aulas tradicionais por auditórios.

Quanto à metodologia, apesar da participação inicial acima dos limites de uma sala de aula convencional, houve esforços de professores, estudantes e técnicos para construir oportunidades dialógicas. A Universidade sofreu ataques, inclusive do Ministério Público Estadual, de grupos radicais de direita, olavistas e anti-petistas, que, nas primeiras semanas, usaram as Câmaras de Vereadores, a mídia local e regional, sobretudo as redes sociais e emissoras de rádios, para descarregar seu ódio contra a anti-cientificidade e carga ideológica do projeto em andamento. O Ministério Público pediu explicações; a Câmara Municipal de Patos, por exemplo, aprovou voto de repúdio; até na Assembleia Legislativa o tema repercutiu. Ante a ameaças diretas e veladas, a universidade manteve sua equipe de procuradores de plantão, especialmente nos dias de aula do curso. O Tribunal de Justiça do Estado chegou a ser acionado e decidiu pela liberdade de cátedra e autonomia universitária. Grupos à direita mantiveram militantes inscritos (infiltrados) nos três campi, com uma atuação mais forte no campus central de Campina Grande. Importante destacar, porém, que poucos chegaram ao fim do curso. Outros, como no caso de Patos, se mantiveram até o final, com depoimentos surpreendentes na avaliação: a diferença é salutar.

Dentre os temas da proposta que geraram maior embate pelo menos três se destacaram: o conceito de golpe e a inclusão do impeachment como tal; as relações democracia e capitalismo; e o papel e limites do lulismo, a lava jato e deposição da presidenta Dilma Russel. Os três cursos, apesar do volume de inscrições, registraram frequência média abaixo de 50 alunos. Não se trata, ainda, de uma avaliação qualitativa, mas algumas questões puderam ser percebidas com mais clareza depois da experiência dos três cursos na UEPB e dos mais de 30 realizados em diferentes instituições brasileiras: (1) pela primeira vez, depois do processo de redemocratização, e, sobretudo da Constituição de 1988, a universidade pública foi severamente ameaçada em dois valores fundamentais: a sua autonomia e a liberdade de cátedra do professor; (2) os cursos também revelaram vulnerabilidades importantes nas relações da universidade com a sociedade que, em alguns casos, chegou a apoiar o que chamamos aqui de ataques; e (3) a manutenção do modelo transferencista, cuja agenda não se vincula com as demandas críticas para o desenvolvimento dos territórios aonde estão instaladas (as universidades públicas), pode ampliar as ameaças e reduzir as oportunidades, numa leitura de planejamento estratégico.

Recebido em: 02 de março de 2019.

Aprovado em: 19 de maio de 2019.

Referências

BIANCHI, Alvaro. O que é um golpe de Estado. Blog Junho, 26 mar. 2016 (blogjunho.com.br/oque-e-um-golpe-de-estado/).

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes, em André Singer e Isabel Loureiro (orgs.), *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.

ESCOBAR, Pepe. O Brasil no epicentro da Guerra Híbrida. Outras Palavras, 30 mar. 2016 (outraspalavras.net/brasil/o-brasil-no-epicentro-da-guerra-hibrida/).

GUIMARÃES, Juarez. Não há nada mais desmobilizador hoje do que 2018. Entre nós e 2018 há um abismo. Entrevista. *Crônicas do Sul 21*, 16 jul. 2017 (www.sul21, 16jul.2017 (www.sul21.com.br/jornal/nao-ha-nada-maisdesmoralizador-hoje-do-que-2018-entre-nos/).

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia (orgs.). *Encruzilhadas da democracia*. Porto Alegre: Zouk, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. *Introdução a Democracia e representação: territórios em disputa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. A mídia e o golpe: uma profecia autocumprida, em Adriano de Freixo e Thiago Rodrigues (orgs.). *2016, o ano do golpe*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

NOBRE, Marcos. *Choque de democracia: razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

REIS, Fábio Wanderley. Crise política: a opinião pública contra o eleitorado, em MIGUEL, Luis Felipe.

SEMER, Marcelo. Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do Judiciário, em Ivana Jinkings, Kim Doria e Murilo Cleto (orgs.), *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

SILVA, Marcio Antônio Both da (orgs.) *Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre: FCM.

SOLANO Gallego, ESTHER. Populismo de direita: guerras culturais e antipetismo, em TELES, Barbara Caramuru Teles (org.), *Enciclopédia do golpe*.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia, em Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.), *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois*. Bauru: Edusc, 2004.